

CURSO DE DIREITO**1 DA ÁREA DO CONHECIMENTO, DO NÚMERO DE VAGAS E BOLSAS**

São 20 vagas, igualmente divididas entre os campi Parquelândia e Dom Luís, a serem distribuídas por ordem classificatória entre as linhas de pesquisa da graduação e da pós-graduação (mestrado e doutorado), respectivamente, nas seguintes áreas:

Quadro 1 – Linhas de pesquisa da graduação

Linha de Pesquisa	Ementa
Direitos humanos e fundamentais	- Teorias críticas, estudos descoloniais e fundamentação dos direitos humanos. Gênero. Violência de gênero e discriminação sexual. Movimentos sociais. - Biopolítica, bioética e biodireito. - Grupos vulnerabilizados: Infância e juventude. Pessoa Idosa. Migrantes. Povos tradicionais. - Meio ambiente, cidades, e sustentabilidade.
Teorias da democracia, direito político e ciberdemocracia	Democracia. Representação política. Fake News e e Desinformação em Eleições. Transparência Governamental e Plataformas Digitais. Democracia Digital e Inclusão. Impacto das Redes Sociais na Participação Política.
Direito Civil Contemporâneo	Implicações práticas do Direito Civil contemporâneo na sociedade. Responsabilidade Civil na era digital.
Direito Civil na Atualidade Constitucional	Aplicação do Direito Civil Constitucional nas relações privadas: estudo dos direitos de personalidade na sociedade contemporânea. Direitos da personalidade. Pessoas com deficiência e tomada de decisão apoiada.
Criminologia, Direito Penal e Processual Penal Contemporâneos	Sistema prisional. Direito Penal Mínimo. Alternativas à Privação de Liberdade no contexto do Estado Democrático. Inquérito Policial e Medidas Cautelares no Processo Penal Democrático.
Constituição, Processo e Estudos sobre o Novo Código de Processo Civil	Constituição e Processo Civil. Acesso à Justiça, Devido Processo e Defensoria Pública. Processo Civil e Efetividade da Jurisdição. O Novo Código de Processo Civil brasileiro. O direito das famílias e o Novo Código de Processo Civil brasileiro.
Soluções consensuais de conflitos Gestão de conflitos no século XXI	Sistema Multiportas. Acesso à Justiça. Negociação. Conciliação. Mediação.
Formação jurídica e Direito Educacional	Epistemologia Jurídica. Educação Jurídica. Metodologia Jurídica.
Direito Tributário e Direito financeiro contemporâneos, Constituição e Democracia	Guerra Fiscal (ICMS e/ou ISS). Tributação, transparência e cidadania fiscal. Planejamento Tributário. Constructivismo Lógico-Semântico no Direito Tributário. Orçamento público e responsabilidade fiscal. Controle externo dos Tribunais de Contas.
Direito da Seguridade Social	Reforma da previdência. Benefícios previdenciários em espécie. Consequências previdenciárias do envelhecimento da População. Teto dos gastos públicos e seus efeitos na assistência social.
Direito Empresarial e ESG	Direito Empresarial Contemporâneo. Compliance. Função Social da Empresa. Livre Iniciativa. Empreendedorismo.

Direito internacional público e privado	Direito Comunitário e da Integração. Direito e Relações internacionais. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Direito Internacional dos Refugiados. Tribunais Internacionais. Arbitragem Internacional, Aspectos Internacionais do Direito de Família. Contratos Internacionais. Homologação de sentença estrangeira e Situação jurídica do estrangeiro no Brasil.
---	---

Quadro 2 – Projetos de pesquisa do mestrado e doutorado

Linha de Pesquisa	Ementa
Jurisdição constitucional e precedentes na conformação do Estado de Direito brasileiro e trato da litigiosidade	Versa sobre a atividade jurisdicional, especialmente, a jurisdição constitucional sobre políticas públicas, e seu produto, os precedentes judiciais. Seu objeto, portanto, é a investigação da atividade jurisdicional como um todo, mas, especialmente, no contexto regional nordestino e cearense, buscando investigar como se realiza a articulação com o princípio democrático e como se dão as respostas às demandas individuais e coletivas. Investiga-se, também, como essas respostas podem servir de orientação de condutas futuras na forma de precedentes.
Processo democrático, Judiciário e os meios de tratamento adequados de conflitos	Versa sobre o Judiciário, o processo e os meios alternativos ao processo judicial. Investiga-se, então, os meios de realização do Direito e do acesso à Justiça sob uma perspectiva democrática e crítico-reflexiva, buscando solução para as dificuldades do Judiciário e das demais instituições do sistema de justiça. Nesse sentido, busca-se compreender como a estruturação judiciária e seu peculiar funcionamento orgânico influenciam e integram com os institutos de Direito processual, concebidos sob um renovado viés democrático.
Desenvolvimento social no contexto brasileiro	Investiga os meios jurídicos de fomento e efetivação do desenvolvimento social, considerando as características do federalismo brasileiro e suas desigualdades regionais, sob o prisma da tributação e dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC).
Desenvolvimento socioeconômico e a realização dos direitos fundamentais nas relações privadas	O projeto tem por objeto a análise do desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento regional, a ser realizado pelos instrumentos de Direito Privado, revisados por uma perspectiva dos Direitos fundamentais, por considerar o desenvolvimento enquanto liberdade. Será observado, pois, o papel das regras e dos princípios constitucionais e a influência dos preceitos constitucionais da dignidade da pessoa humana, da função social da empresa e da livre iniciativa do Direito Empresarial.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO		
Grau de adequação às regras da língua portuguesa		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 0,7	0,8 – 1,0
Grau de adequação da relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação (ética, social, ambiental e política)		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 0,7	0,8 – 1,0
Originalidade da proposta		
Nenhuma	Razoável	Bastante
0,0	0,1 – 0,3	0,4 – 0,5
Introdução com os elementos adequados (Delimitação do tema e problematização)		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 1,4	1,5 – 2,0
Coerência dos objetivos		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 1,0	1,1 – 1,5
Referencial teórico primário, atualizado e relevante		
Inadequado	Parcialmente adequado	Adequado
0,0 – 0,3	0,4 – 1,0	1,1 – 1,5
Viabilidade técnica (exequibilidade) - capacidade de responder aos objetivos por meio da proposta		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 0,7	0,8 – 1,0
Referências em nível adequado e padronizada segundo as regras da ABNT		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0	0,1 – 0,3	0,4 – 0,5
Vinculação a alguma linha de pesquisa do Mestrado		
Não	Parcialmente	Adequada
0,0	0,1 – 0,5	0,6 – 1,0

Parágrafo único: Para o Curso de Direito, a conclusão do programa de Iniciação Científica, observadas todas as exigências deste edital, valerá um total de **110 horas em atividades complementares**, todas no Grupo II (Pesquisa).

Harley Sousa de Carvalho

Coordenação Geral do Curso Direito

Universidade Christus - Campus Parquelândia

Heitor Nogueira da Silva

Coordenação Geral do Curso Direito

Universidade Christus - Campus Dom Luís